

Movimento
dos
Trabalhadores
Rurais
Sem Terra



Central
Única dos
Trabalhadores



Associação
Brasileira
de
Reforma
Agrária

Informativo especial do CUT e do Movimento dos Sem Terra, com o apoio da ABRA, defesa da Reforma Agrária no Brasil. São Paulo, setembro de 1985, distribuição gratuita. N.º 1.

Panletão da Reforma agrária



Uma luta que vai além do plano do governo

A luta pela Reforma Agrária no Brasil já vem de muito longe e não se limitará à aplicação do Plano do Governo. Com Plano ou sem Plano, os trabalhadores rurais vêm fazendo a Reforma Agrária em suas lutas diárias.

Através de ocupações, acampamentos, manifestações e pressões sobre os governos federal e estaduais, os lavradores organizados no Movimento dos Sem Terra já conquistaram, de 1980 até julho de 1985, terra para 6.940 famílias. Foram lutas difíceis, demoradas, mas que com o apoio de inúmeras entidades e do povo em geral, levaram muita gente a conquistar o seu pedaço de chão.

As conquistas dos trabalhadores rurais não se resumem no assentamento de quase sete mil famílias. E as suas lutas também não ficam só nas ocupações e nos acampamentos. A luta é também de resistência na terra, como fazem os posseiros do Norte e do Nordeste, e na ampliação

das áreas ocupadas. A própria proposta de Reforma Agrária do governo é o resultado da organização dos lavradores. Sem dúvida, se não fosse a pressão dos trabalhadores do campo, o governo não apresentaria Plano algum de Reforma Agrária. Os governos brasileiros só fazem alguma coisa quando são pressionados pela classe trabalhadora.

A proposta do Plano

A idéia básica da proposta do governo é a desapropriação dos latifúndios que não estão produzindo, para entregá-los aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra para se sustentar. Em nenhum momento a proposta fala dos milhões de hectares nas mãos de estrangeiros e de empresas multinacionais, doados pelos governos militares.

Esta distribuição de terras prevista no Plano segue algumas metas estabelecidas, que são as seguintes:

— Assentamento de 100 mil famílias durante o **ano agrícola de agosto de 85 a julho de 86** em todo o país (quer dizer que serão assentadas cinco mil famílias, em média, por estado).

— Durante o **ano agrícola de agosto de 86 a julho de 87**, o governo espera assentar 300 mil famílias (média de 17 mil famílias por estado).

— E o assentamento de 450 mil famílias de **agosto de 87 a julho de 88** e de 550 mil famílias no **ano agrícola seguinte: 1988/89**.

Portanto, nos próximos quatro anos, o governo se compromete a assentar cerca de 1 milhão e 400 mil famílias. O pagamento das áreas desapropriadas será feito de acordo com o Estatuto da Terra, ou seja, através de Títulos da Dívida Agrária (TDA), com prazo máximo de 20 anos. A proposta do governo engloba ainda outras medidas de apoio à agricultura, e não só a distribuição de terras.

Vamos tirar a reforma do papel

No calendário do Governo Federal a elaboração final do Plano Nacional e dos Planos Regionais deverá durar até o dia 10 de setembro. No período de 10 a 20 de setembro, a proposta será analisada pelo presidente José Sarney e sua assessoria. No dia 20 de setembro, o governo anunciará oficialmente o seu 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária, já com as modificações se for o caso. Depois disso, finalmente, vem a elaboração dos projetos de assentamento a nível regional e municipal. Aí então o Plano entra na etapa de execução. A luta e o debate que hoje acontece a nível nacional, passará a nível de estados e de municípios.

Atenção para estas datas. Até o dia 10 de setembro o Plano deverá ficar pronto. Até o dia 20 o Presidente da República deverá analisar e anunciar oficialmente o 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária.

Mas todas essas metas bem organizadas no papel não estão convencendo os trabalhadores rurais. Eles querem ver as idéias sair do papel, pois estão cansados de esperar, de ser enrolados e de trabalhar para os outros. Por isso, exigem que o governo comece imediatamente as desapropria-

ções, independente de planos, e que sejam resolvidos os casos mais graves e urgentes.

Os trabalhadores rurais exigem o início imediato das desapropriações por causa do calendário político brasileiro. Daqui até o final do ano resta pouco tempo para fazer alguma coisa. Além disso, em novembro, tem as eleições para prefeito, e em 86 começa a mobilização para as eleições da Assembléia Nacional Constituinte.

Entre na luta. Participe no seu sindicato e na CUT. Integre-se nas comissões municipais dos sem terra. Procure a Delegacia da ABRA de seu estado.

A exigência de início imediato das desapropriações é para impedir que a Reforma Agrária passe a ser mais um assunto para a Assembléia Nacional Constituinte resolver. Na verdade, o calendário da Reforma Agrária está muito atrasado e complicado. Se os trabalhadores cruzarem os braços, tudo pode ficar para não se sabe quando. Exatamente como querem os latifundiários.

Mobilização

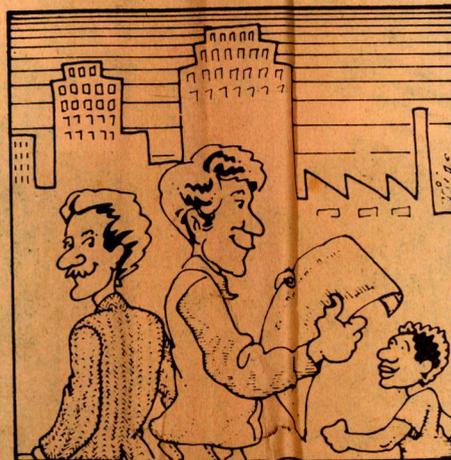
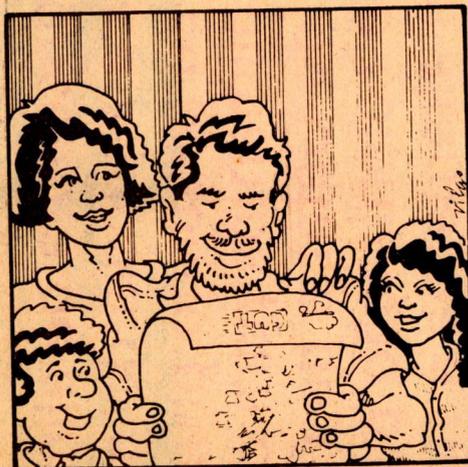
Por isso, neste momento, é importante mobilizar o máximo de pessoas nesta luta pela Reforma Agrária. Essa mobilização pode ser feita em dois níveis.



Nair Benedicto / Agência F4

A nível local: juntar e organizar os companheiros sem terra; resistir organizada-mente nas áreas ocupadas e nos acampamentos em todos os cantos do País; organizar comissões pela Reforma Agrária nos sindicatos; formar comissões municipais de sem terra; realizar assembleias, passeatas e outras formas de pressão e luta. E, por fim, cadastrar trabalhadores sem terra e as terras improdutivas do município e da região para serem desapropriadas.

A nível político: precisamos buscar apoio e juntar todas as forças da sociedade (igrejas, entidades, associações, sindicatos, partidos e, sobretudo, os trabalhadores urbanos) para criar uma forte corrente em favor da Reforma Agrária. Desenvolver uma ampla campanha de esclarecimento junto à população sobre os benefícios da Reforma Agrária. Terra não se ganha, se conquista. A Reforma Agrária será obra dos trabalhadores.



O Panfletão da Reforma Agrária foi feito para você ler; discutir com seus companheiros e depois fixar o cartaz (no verso) na sua entidade.

Pedidos para o Movimento dos Sem Terra — Rua Ministro Godoy, 1484, Perdizes, São Paulo -SP, CEP 05015; telefone (011) 262-3654
Central Única dos Trabalhadores - Rua Ouvidor Peleja, 242, Bosque da Saúde, São Paulo - SP, CEP 04128; telefone (011) 577-4833 Associação Brasileira de Reforma Agrária - Av. Francisco Glicério, 1329, Conjunto 20, Caixa Postal 1396, Campinas -SP, CEP 13100; telefone (0192) 86-884

Os trabalhadores rurais brasileiros apresentam as suas exigências para uma verdadeira Reforma Agrária:

1. Legalização imediata de todas as terras ocupadas pelos trabalhadores rurais;
2. Estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais;
3. Desapropriação imediata de todos os latifúndios, mesmo produtivos, nas regiões de grande concentração de trabalhadores sem terra;

Alberto Viana.



Terra não é

4. Desapropriação das terras das multinacionais;
5. Demarcação imediata das terras indígenas,
com o reassentamento dos posseiros pobres
em áreas da mesma região;
6. Apuração imediata de todos os crimes
contra os trabalhadores rurais, com a punição
dos assassinos e dos mandantes;
7. Fim dos incentivos e subsídios do governo
ao Pró-Álcool, JICA e outros projetos que
beneficiam os fazendeiros, revertendo os



se ganha, se

- recursos para a agricultura de alimentos.
- 8. Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor e estímulo à produção de alimentos para o povo.
- 9. Extinção imediata do Getat e do Gebam.
- 10. Revisão da política de colonização para que ela não se transforme em alternativa à Reforma Agrária e solução imediata dos problemas dos projetos de assentamento e de colonização já existentes



conquista!